

O ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM DISPUTA: DO NEGACIONISMO AS SAÍDAS POSSÍVEIS

Marina de Freitas Giovanette²²⁴

Resumo: O presente artigo propõe uma discussão acerca do contexto de negacionismo e “guerras de memória” que circunscreve a sociedade brasileira na atualidade e uma breve reflexão sobre a maneira como este influencia o ensino de história sobre a Ditadura Militar brasileira. Feito isso, buscaremos refletir acerca das maneiras possíveis de lidar com o contexto encontradas por historiadores e professores de história na atualidade a partir da metodologia oferecida pelo campo da História Pública.

Palavras-chave: Ensino de História; Negacionismo; História Pública.

THE HISTORY TEACHING ABOUT THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP IN DISPUTE: FROM NEGATIONISM TO THE POSSIBLE OUTPUTS

Abstract: The present article proposes a discussion about the context of negationism and conflict of memories that circumscribe brazilian society nowadays and a brief reflection on the ways it influences the history teaching about the brazilian military dictatorship. That said, we'll seek to reflect about the possible ways to deal with the context found by historians and history teachers in the presente based on the methodology offered by the field of Public History.

Keywords: History teaching; Negationism; Public History.

Introdução

No atual cenário educacional, os historiadores e professores de história são frequentemente interpelados por dados baseados em fontes não científicas e informações cunhadas por indivíduos que não possuem compromisso com a ciência histórica. Tais narrativas visam deslegitimar o

²²⁴ Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8167102324240220>. E-mail: mgiovanette@gmail.com.

conhecimento histórico e a produção historiográfica, especialmente quando se trata do período em que ocorreu a Ditadura Militar brasileira (1964 – 1985). De acordo com Luis Fernando Cerri (2011), “a formação histórica depende apenas em parte da escola” (2011, p. 44), logo, não se deve desconsiderar a influência dos meios de comunicação, da família, do círculo de fé ou da internet na formação das suas consciências históricas ao pensar a prática docente. Esses aspectos influenciam a forma como esses indivíduos produzem sentido para o que aprendem no ensino escolar de história. Portanto, o presente artigo visa discutir acerca das guerras de memória sobre a Ditadura Militar que caracterizam o contexto contemporâneo e a influência das narrativas produzidas nessas guerras no ensino de história sobre a temática.

Guerras de memória sobre a Ditadura Militar (1964-1985)

Ao realizar um estudo sobre os comentários no verbete “Regime militar no Brasil” no site “Wikipédia”, conhecido popularmente como um veículo de pesquisa e utilizado por muitos estudantes no ensino básico, Mateus Pereira (2015) constata que é possível perceber as guerras de memória contaminadas pelas ideias negacionistas, de negação e revisionistas que refletem a diversidade da opinião pública sobre esse período.

Segundo Pereira (2015), as guerras de memória são constituídas por interrogações que o presente faz em relação ao passado, especialmente aos passados traumáticos e/ou dolorosos, assim, são atravessadas pela questão midiática, pois ela é um espaço de manifestação popular (2015, p. 869). Nesse sentido, é possível perceber que o debate sobre a memória da Ditadura deixa de ser um “incômodo”, parte de uma memória rejeitada e

colocada intencionalmente como “página virada” na história do país, e “tem se tornado, ao que parece, objeto de disputa, de conflito, de interpretação, de revisão” (PEREIRA, 2015, p. 891). Entretanto, a principal diferença no caso brasileiro se dá pelo fato de que o debate não é alimentado somente pelas memórias subterrâneas²²⁵ (POLLAK, 1989) e a luta para incorporá-las no debate oficial, mas principalmente pela oposição a tais memórias, realizada por indivíduos, sejam estes historiadores profissionais ou não, jornalistas, políticos ou cidadãos comuns, embebida por discursos negacionistas sobre o passado ditatorial, discursos carregados de distorções da história.

Ainda segundo o autor, as guerras de memória percebidas nos verbetes do “Regime Militar no Brasil” não são resultadas de uma guerra entre o bem e o mal, mas de “uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas’ (PORTELLI, 2000, p. 107 apud. PEREIRA, 2015, p. 870)” que também são compostas por uma multiplicidade de “historiografias e temporalidades” (PEREIRA, 2015, p. 870). Para o autor, tais multiplicidades de memórias estão diretamente relacionadas ao processo de transição para a democracia brasileira que escolheu o silêncio e o esquecimento e, como consequência, não buscou justiça pelas vidas violentadas pela Ditadura.

Sendo assim, é seguro afirmar, segundo as discussões levantadas por Mateus Pereira (2015) e Caroline Bauer (2014), que os negacionismos são alimentados pela impunidade em relação aos crimes que o Estado brasileiro cometeu ao longo da Ditadura Militar e “pela ausência de

²²⁵ No artigo “Memória, esquecimento, silêncio”, Michael Pollak define as memórias subterrâneas como memórias que circulam, principalmente através da oralidade, às margens e no subterrâneo da memória oficial e dominante.

arrependimento, remorso ou culpa por parte dos algozes diretos e indiretos e dos apoiadores de ontem e de hoje" (PEREIRA, 2015, p. 865). Nesse sentido, entendemos que é impossível desvincular as questões relacionadas ao negacionismo na contemporaneidade da maneira como a transição para a democracia foi realizada nas décadas de 80 e 90. De acordo com Bauer, a *ideologia da reconciliação* que foi instaurada no país, representada pela Lei de Anistia de 1979, caracterizou a redemocratização brasileira e instituiu um silêncio sobre o passado ditatorial, pois a concessão da anistia recíproca

estabelecia o controle do passado a partir de sua interdição, vetando o direito à verdade e, por consequência, o conhecimento dos fatos imbrincados com a ditadura civil-militar. O direito à verdade, assim, não era necessário, pois se considerava a ditadura "página virada" e, em última instância, uma ameaça à possibilidade de reciprocidade à anistia. (2014, p. 153).

Para Gagnebin, as políticas de anistia foram formuladas a fim de "tornar possível uma sobrevivência imediata do conjunto da nação enquanto tal, mas não garantem uma coexistência comum duradoura" (2010, p. 179). Sendo assim, o esquecimento imposto pela Lei de Anistia brasileira não é/será definitivo, pois as memórias dos que viveram o processo histórico e foram incentivadas ao recalcamento podem submergir e acrescentar novas narrativas para o discurso oficial. Dessa maneira, a autora ainda afirma que a Lei de Anistia "não deve pretender ser uma política definitiva de regulamento da memória histórica" (2010, p. 180), pois ela não tem o poder de silenciar as memórias individuais. Segundo Mezarobba, "a anistia se mostrou incapaz de conter a série de violações aos direitos humanos iniciada com o golpe de Estado" (2010, p. 110), deixando, portanto, um vazio não somente no sentido da punição dos envolvidos, mas também da reparação às vítimas e seus familiares.

No que se refere as políticas de reparação e memória, a autora afirma que a luta, especialmente em prol da reparação, “não conseguiu mobilizar ninguém mais além dos diretamente nela envolvidos” (2010, p. 110) e, dessa forma, os debates sobre a justiça de transição foram realizados e aprovados sem grande participação popular. Para Bauer (2014), a reparação é o objetivo primordial das políticas de memória, pois é necessário que o Estado assuma a responsabilidade em relação aos crimes cometidos na Ditadura. Tal responsabilização perpassa pelo desenvolvimento de ações de reparação e compensação às vítimas e a realização de “ações simbólicas que marquem diferenças com o passado autoritário, como um pedido de perdão público, ou a promoção de uma verdadeira reconciliação” (2014, p. 155). Reconciliação que não pode ocorrer enquanto a justiça pelas vidas silenciadas e violentadas não ocorrer. Para Mezarobba (2010), as atitudes do Estado brasileiro em relação à reparação, segundo os familiares das vítimas, foram insuficientes, pois este concentrou suas ações nas reparações financeiras, e mesmo reconhecendo que a Ditadura Militar fez vítimas, como na Lei 9.140, não promoveu a punição dos envolvidos.

Nesse sentido, entendemos que a luta pela reparação deve ser realizada no âmbito social como um todo e não somente pessoal, daqueles que estão diretamente relacionados as vítimas, e é necessário que a sociedade brasileira entenda que o processo ditatorial também lhe diz respeito, pois caso isso não aconteça, o resultado será “a marginalização social e política das vítimas” (BECKER, 1993, p. 76-77 apud. BAUER, 20114, p. 155-156).

A partir de tal perspectiva, faz-se necessário entender que o trabalho do historiador com a memória deve manter em perspectiva a ética necessária para não alimentar negacionismos que questionam a barbárie ou

invalidam a luta dos que foram violentados pelos períodos históricos estudados. É papel do historiador e do professor de história refletir sobre os intuições da produção historiográfica e estabelecer oposição as múltiplas formas de distorção da história, especialmente o negacionismo, pois “o gesto historiográfico, como forma de atuação pública, é ele também um gesto político, e pode assim ser encarado.” (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 830).

Memórias e narrativas em disputa: a influência do contexto no ensino de história da Ditadura Militar brasileira

A sala de aula é um lugar de encontro de consciências históricas, identidades e visões de mundo, todos esses produtos de uma formação subjetiva dotada de historicidade que está em constante transformação. Tal ambiente está diariamente suscetível à emergência de novos discursos, sejam os locutores destes os professores, os materiais didáticos ou os alunos, logo, as guerras de memória também são parte do cotidiano escolar e influenciam a prática docente, especialmente no que se refere ao ensino de história da Ditadura Militar brasileira.

Sônia Meneses afirma que há no tempo presente “a insurgência de outros sujeitos a disputarem o controle desse lugar disciplinar [da história]” (2019, p. 69-70), aqueles que produzem narrativas historiográficas voltadas para o grande público, insurgência caracterizada por uma apropriação conservadora do passado (2019, p. 70) direcionada para o consumo. Essa apropriação visa a simplificação das narrativas históricas, o incentivo de uma história única, que não questiona o *status quo*, cuja preocupação está centrada no entretenimento. Para Meneses, “estabelece-se um claro conflito entre autoridade e competência, saber acadêmico e opinião. Uma produção que é, ao mesmo tempo, narrativa histórica e produto midiático”

(2019, p. 70), um conjunto de narrativas “politicamente incorretas” pautadas em negacionismos da história que pretendem “desqualificar o papel do professor e de pesquisas históricas que não atendam as demandas políticas e os interesses desses novos produtores” (2019, p. 70).

O discurso desses novos “atores” está frequentemente pautado na defesa de que possuem a verdade sobre o passado e que serão os responsáveis por narrar o que os professores de história intencionalmente esconderam dos alunos, é o exemplo do YouTuber Felipe Dideus, do canal “Vamos falar de história?”, que possui mais de 665 mil inscritos. Em uma entrevista realizada aos pesquisadores Tereza M. Spyer Dulci e Tarcício Moreira de Queiroga Júnior, quando perguntado sobre sua trajetória profissional e o que o motivou a criar um canal sobre história, Dideus afirma:

Estudei História durante seis meses na Universidade de Taubaté, porém, não conclui por falta de recursos financeiros. Então, não sou formado em História. Sempre gostei muito de Segunda Guerra Mundial. Estudando o tema, lendo livros, assistindo professores, documentários, filmes, acabei me apaixonando perdidamente pelo tema. Vi que muitos países, inclusive a própria Alemanha, valorizavam seus veteranos de guerra. Valorizavam de uma forma honrosa. Foi quando eu me perguntei sobre os soldados brasileiros. Sempre vi muita gente desmerecendo nossos veteranos. Fui atrás e pesquisei muito. Descobri grandes histórias e isso aumentou mais ainda meu gosto por assuntos militares. Procurei narrar as histórias dos nossos combatentes para mostrar que eles não mereciam tal desmerecimento e que assim como qualquer soldado que lutou na segunda guerra mundial, os nossos também tiveram seu valor (DIDEUS, 2018 apud. DULCI; QUEIROGA, 2019, p. 20).

Uma grande parte do canal é dedicada a história das guerras e conflitos em diversos países, mas o que nos chama atenção é a Playlist denominada “O outro lado da história (positivo)”²²⁶ que possui vídeos como “O outro lado do Regime Militar brasileiro”²²⁷, “O outro lado do Partido dos

²²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Vamosfalardehist%C3%B3riaoficial/playlists>. Acesso em: 08 jan. 2022.

²²⁷ Vamos falar de História?. O outro lado do Regime Militar Brasileiro. 2015. (08m09s) Disponível em:

Trabalhadores”²²⁸, “Josef Stalin”²²⁹ e “Os mitos da Guerra do Paraguai”²³⁰. Nesses vídeos, é possível perceber a mobilização da ideia de que os professores de história narram uma meia verdade sobre o passado e Dideus seria o responsável por narrar a verdade por completo. No vídeo denominado “Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL”²³¹, percebemos a forma mais completa da manifestação de tais ideias. A introdução do vídeo é realizada da seguinte maneira:

Você aprendeu na sala de aula apenas um lado da história do regime militar! [sic] Logo quando falamos sobre esse período da história brasileira, vem na cabeça a questão da tortura, perseguição e censura. Parece até que foram 20 anos em que o Brasil esteve dentro de um caos gigantesco, mas, a história foi bem diferente. O contexto histórico é bem mais amplo. Se você quer ter um bom senso crítico, eu sugiro sempre você buscar os dois lados da história. (VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?, 2022).

O tom utilizado indica que a intenção do locutor é abordar pontos sobre a Ditadura Militar – período o qual se refere como Regime Militar – que os professores de história não abordam e, de alguma maneira, mostrar para os interlocutores que tal período não foi tão negativo quanto é ensinado na escola. A partir de então, Dideus parte para o primeiro argumento do vídeo, a afirmação de que os guerrilheiros não lutavam pela democracia no Brasil, mas pela instauração de uma ditadura do proletariado. Em seguida, afirma que “Nos vinte anos de governo, os militares proporcionaram um

https://www.youtube.com/watch?v=V_FuyHSEwVg&list=PLSD4DwKmu5rqNE39mgGr4poZhmg5a50f. Acesso em 08 jan. 2022.

²²⁸ Vamos falar de História?. O outro lado do Partido dos Trabalhadores. 2016. (09m37s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jy32k7YvRa8>. Acesso em 08 jan. 2022

²²⁹ Vamos falar de História?. Josef Stalin. 2017. (06m08s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PgaVS3vbR7A&list=PLSD4DwKmu5rqNE39mgGr4poZhmg5a50f&index=6> Acesso em 08 jan. 2022

²³⁰ Vamos falar de História?. Os mitos da Guerra do Paraguai. 2015. (09m43s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F3250s5lya0&list=PLSD4DwKmu5rqNE39mgGr4poZhmg5a50f&index=5> Acesso em 08 jan. 2022.

²³¹ Vamos falar de História?. Os mitos da Guerra do Paraguai. 2015. (09m43s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F3250s5lya0&list=PLSD4DwKmu5rqNE39mgGr4poZhmg5a50f&index=5> Acesso em 08 jan. 2022

desenvolvimento gigantesco que fez o Brasil saltar da 46º para a 8º maior potência do planeta, esses fatos, o seu professor de história lhe contou?" (Vamos Falar de História?, 2022) e segue para um breve apanhado sobre a Guerra Fria, onde realiza considerações sobre a prosperidade estadunidense versus os governos de Mao Tse Tung, Josef Stalin e Che Guevara, onde destaca que estes perseguiam, torturavam e matavam opositores.

Ao abordar especificamente o "Regime Militar brasileiro", Dideus inicia a narrativa falando sobre uma crise econômica e social que cercava o Brasil no início da década de 60 e caracteriza João Goulart como um homem corrupto, adepto dos ideais comunistas e passível de instaurar um regime comunista. Quando se refere à tomada de poder realizada pelos militares, afirma que estes foram apoiados amplamente pela população e pela mídia. Concentra-se, ao descrever os 21 anos dos militares no poder, nas questões econômicas e de infraestrutura, destacando que tal gestão deixou grandes heranças para as décadas seguintes como o 13º salário – informação incorreta, pois este foi instaurado durante o governo de João Goulart –, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, o Banco Nacional de Habitação, a criação de Universidades Públicas, dentre outros.

Em relação as violências cometidas pelos militares, o YouTuber afirma o seguinte:

Entretanto, toda forma de governo tem seus altos e baixos e não foi diferente naquele período. Tortura e censura, sem dúvida [sic] não é bem vinda. Só que, os guerrilheiros comunistas aqui no Brasil que tinham como inspiração Che Guevara, Fidel Castro, Josef Stalin, não eram e nunca foram heróis da democracia. Os guerrilheiros no Brasil jamais lutaram pela democracia, mas sim pela instauração de um regime ditatorial comunista [...] Enquanto mais de 80 milhões de brasileiros trabalhavam honestamente na segunda feira, os grupos guerrilheiros aqui no Brasil cometiam assaltos, sequestros, assassinatos e atentados, os grupos guerrilheiros no Brasil que eram altamente perseguidos pelo Regime Militar. Os guerrilheiros, como por exemplo, Dilma Rousseff, queriam implementar no Brasil o sistema de partido único como ocorre em Cuba e na China, isso não é e nunca foi democracia. [...] os comunistas aqui no Brasil, os guerrilheiros,

queriam tomar o poder para eles escolherem quem seria perseguido, quem seria torturado, quem seria morto, como Che Guevara fazia em Cuba. (VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?, 2022).

É possível perceber que a narrativa estabelecida por Dideus não nega a existência de um “governo militar” que durou 21 anos, mas realiza uma constante relativização dos fatos históricos e negação dos abusos cometidos. De acordo com as ênfases escolhidas pelo YouTuber, nota-se que a visão “alternativa” à dos professores de história é carregada da intenção de destacar os feitos militares na defesa da tese de que o Regime foi instaurado para evitar a consolidação de um golpe comunista no país. Ademais, a questão das violências cometidas pela gestão militar é tratada como um “mal necessário” para conter os guerrilheiros, que são descritos como uma pequena parcela da população que deve ser entendida como diferente dos brasileiros que trabalhavam honestamente.

O vídeo possui mais de 125 mil visualizações e os comentários demonstram que tais argumentos são amplamente aceitos no espaço público, seja através da mobilização da memória dos seus familiares em concordância com o que foi dito ou do destaque da importância do conteúdo apresentado para a construção de uma história verdadeira sobre a Ditadura Militar brasileira. O trabalho de Felipe Dideus é um bom exemplo do movimento analisado por Sônia Meneses (2019) de insurgência de novos autores que constroem narrativas históricas voltadas para o grande público e, sobretudo, de indivíduos que questionam a legitimidade da história ensinada na escola, como podemos ver no comentário a seguir do internauta Marcos Paulo:

Tive apenas professores esquerdistas desde ensino fundamental, só que algo que sempre levo pra vida é: "saiba que, quando todos lhe contarem sobre a mesma história de forma diferente, alguém está mentindo, mas quando todos lhe contam a mesma história exatamente igual, todos estão mentindo" sempre busquei conhecimentos por conta própria e assim fui aprendendo

que não é bem como me contavam na escola!! (VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?, 2022).

De acordo com Pereira (2015), o negacionismo impede a construção de uma memória justa, aquela que luta contra o esquecimento, e é possível acrescentar que estes também impedem a construção de uma educação libertadora, pois a libertação pressupõe o reconhecimento, a valorização daqueles que lutaram e a justiça pelas vidas interrompidas. O que se observa na atualidade é um forte movimento de tais distorções da história em direção ao questionamento da ciência histórica, da escola, dos historiadores e professores. Em tal contexto, a reflexão acerca do ensino de história da Ditadura Militar brasileira enquanto lugar de articulação entre memória, historiografia e justiça se faz importante tendo em vista que o objetivo do ensino de história “é formar a capacidade de pensar historicamente e, portanto, de usar as ferramentas que a história dispõe na vida prática, no cotidiano, desde as pequenas até as grandes ações individuais e coletivas” (CERRI, 2011, p. 81-82).

É possível apontar, portanto, que a escola não está descolada da sociedade civil. Os debates realizados fora dos seus portões influenciam a interação dos alunos com as aulas e a forma como o conhecimento histórico é construído. Sendo assim, as guerras de memória e a insurgência de novas narrativas sobre a história da Ditadura Militar interagem com o ensino da mesma, entretanto, o ensino da Ditadura Militar também pode influenciar a forma como os debates nos espaços públicos são realizados. Nesse sentido, conhecer o contexto em que nossas aulas estão inseridas e as narrativas presentes em sala é fundamental para a construção de um ensino de história que almeja formar “um pensamento autônomo, crítico e criativo” (CERRI, 2011, p. 58) e, sobretudo, incentivar “uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação” (FREIRE, 2008, p. 46 apud. AGOSTINI, 2019, p. 53).

Saídas possíveis

Observa-se na atualidade um movimento de professores de história e historiadores em direção ao espaço público. Redes sociais como o Instagram e o Facebook, páginas como o YouTube e canais de Podcasts têm sido utilizados como ferramentas de auxílio para o ensino de História na educação básica e nas universidades. Tais produções são consideradas parte do campo da História Pública.

Segundo Pereira et al. (2021), a História Pública configura um lugar de produção e atuação de historiadores profissionais fora do espaço formal de ensino. Ou seja, é composta por narrativas que se descolam dos corpos dos livros e das salas de aula, pois possuem como prioridade ocupar o espaço público, aumentando, assim, o acesso do público em geral ao conteúdo produzido. É importante salientar que as narrativas produzidas na História Pública são consideradas narrativas historiográficas, pois são realizadas de acordo com os métodos de produção da ciência histórica, característica que as diferencia do conteúdo produzido, por exemplo, pelo YouTuber Felipe Dideus, citado anteriormente.

Sendo assim, apesar do direcionamento ao público em geral, a História Pública pressupõe o uso da metodologia histórica. Portanto, podem ser vistas como um movimento de contraposição as narrativas dos novos sujeitos que desqualificam os lugares disciplinares da história e realizam o que Sônia Meneses define como uma *apropriação conservadora do passado* (2019, p. 70).

O produtor de conteúdo escolhido para a presente exposição é o historiador Icles Rodrigues, mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenador do canal no YouTube Leitura ObrigaHISTÓRIA e apresentador nos Podcasts História FM, Historiconomia e

História noturna. Com mais de 399 mil inscritos, o Leitura ObrigaHistória é o maior canal de História na plataforma do YouTube brasileiro. Nele, Icles Rodrigues, a historiadora Luanna Jales e a antropóloga Mariane Pisani apresentam dicas e resenhas de livros, realizam entrevistas com historiadores e possuem vídeos e podcasts com diversos temas, tratando de assuntos como mulheres na História, História Geral, Antropologia, conceitos históricos, fontes históricas, dentre outros.

No que se refere à temática da Ditadura Militar brasileira, o canal possui podcasts sobre o tema, sendo estes "Ditaduras e extremismos: sua ascensão em perspectiva global"²³², "Revisionismo histórico: pesquisa e ideologia na historiografia"²³³, "Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo"²³⁴, "REVISIONISMOS sobre a Ditadura Militar"²³⁵ e resenhas dos livros *Estranhas catedrais: empreiteiras brasileiras e a ditadura, 1968: Quando a terra tremeu, Jango e eu: memórias de um exílio sem volta*.

Para a presente análise, tomaremos como exemplo o episódio de podcast denominado "REVISIONISMOS sobre a Ditadura Militar", realizado por Icles Rodrigues, Clarissa Grahl (Mestre em História pela UFSC) e Ricardo Duwe (Doutorando em História pela UFSC). Como aponta o título do episódio, este não pretende realizar uma abordagem expositiva sobre a Ditadura Militar brasileira, mas tratar sobre o que se fala a respeito da Ditadura e o que se distorce sobre o período. Sendo assim, as

²³² Leitura ObrigaHistória. Ditaduras e extremismos: sua ascensão em perspectiva global. 2017. (20m11s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kp4wyUlg1sU&t=156s>. Acesso em: 17 jan. 2022

²³³ Leitura ObrigaHistória. Revisionismo histórico: pesquisa e ideologia na historiografia. 2021. (1h40m14s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pKvPUxpvU30>. Acesso em: 17 jan. 2022.

²³⁴ Leitura ObrigaHistória. Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo. 2021. (1h05m59s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zMQZwz27UME>. Acesso em: 17 jan. 2022

²³⁵ Leitura ObrigaHistória. REVISIONISMOS sobre a Ditadura Militar. 2020. (2h22m18s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11QgN3IYORc&t=167s>. Acesso em: 17 jan. 2022

argumentações dos debatedores partem das afirmações revisionistas e/ou negacionistas que ocupam o espaço público na contemporaneidade.

O episódio é iniciado com uma breve contextualização do Golpe de 64 e a primeira argumentação parte da afirmação de que o golpe obteve apoio da maioria da população brasileira. Nesse momento, os historiadores abordam sobre o caráter social, geográfico e racial da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, destacando a impossibilidade de entendê-la como representante do povo brasileiro. Em seguida, trata-se da questão “golpe ou revolução?”, onde é realizada uma discussão sobre os dois conceitos e a conclusão sobre o porquê dos acontecimentos entre 31 de Março e 1º de Abril de 1964 serem caracterizados como um golpe, não revolução. Feito isso, os apresentadores abordam sobre o caráter anticomunista do golpe e debatem sobre o argumento revisionista de que havia uma chance de golpe comunista no país. Logo após, estes passam para o tratamento da questão da tortura na Ditadura brasileira, abordando sobre os diversos tipos de negacionismos que visam culpabilizar as vítimas, os sobreviventes e seus familiares e, especialmente, justificar as ações dos militares.

Por fim, aborda-se sobre a relação entre a memória dos militares e dos apoiadores da Ditadura com o fortalecimento dos negacionismos sobre o período, destacando a produção literária como uma das saídas encontradas por essas personalidades para criar tais narrativas²³⁶. Na conclusão do episódio, os historiadores realizam indicações de livros sobre o assunto e destacam a necessidade de os ouvintes buscarem outras fontes de conhecimento, não somente o YouTube e os Podcasts.

²³⁶ Nesse momento, é citado como exemplo o livro *A Verdade Sufocada - A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*, escrito por Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel da ativa do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército.

Em entrevista, ao ser perguntado sobre o papel do historiador no YouTube, Rodrigues afirmou

Fundamental. Não dá para esperar uma resposta muito diferente vinda de um professor. No YouTube, o papel do professor é fazer contraponto a toda essa torrente de ignorância, desinformação, mentiras e manipulação pública, que possuem muito mais audiência do que merecem, se é que mereceriam alguma. Mas não basta repassar informação: é necessário ensinar as pessoas a interpretar textos, prestar atenção no conteúdo e respeitar o mínimo da hierarquia do conhecimento (RODRIGUES, 2018 apud. DULCI; QUEIROGA, 2019, p. 22).

A partir deste trecho, fica claro que existe um movimento intencional do historiador em se colocar como um contraponto nas plataformas digitais, visto que existe uma abundância de conteúdos negacionistas, mentirosos e manipuladores, como o mesmo indica. É possível perceber, portanto, que o conteúdo produzido pelo canal segue os objetivos traçados pelos seus criadores, pois existe uma preocupação nítida em embasar as falas a partir de discussões historiográficas – e o cuidado de colocar as referências bibliográficas na descrição dos vídeos.

Em concordância com o que foi dito pelos historiadores na conclusão do episódio analisado, é importante salientar que o YouTube e as ferramentas digitais não substituem os espaços formais de ensino e aprendizagem. Entretanto, por transpassarem as paredes das salas de aula, são importantes ferramentas de combate ao negacionismo sobre a Ditadura Militar brasileira no espaço público. Logo, entendemos que, quando ocupados por pessoas que possuem compromisso com a ciência histórica, tais ferramentas são um terreno fértil para o alimento de consciências históricas alinhadas a perspectivas democráticas.

Considerações finais

Ao longo do presente artigo, buscou-se argumentar acerca da influência das guerras de memória e do negacionismo histórico no ensino sobre a Ditadura Militar brasileira, especialmente no que se refere à produção de conteúdo na internet sobre a mesma. A partir da comparação entre dois criadores de conteúdo vinculados ao YouTube, foi possível perceber a forma como o discurso negacionista se manifesta na plataforma. Assim como, também observamos a forma como historiadores comprometidos com a ciência histórica utilizam a plataforma como uma saída possível para lidar com o contexto em que estamos inseridos.

No livro “Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin”, Nilo Agostini afirma que “a libertação não se realiza sem a memória do passado” (2019, p. 207). Nesse sentido, refletir sobre a relação entre história, ensino de história e memória é um ponto caro para a atualidade, pois um dos resultados do fazer histórico é a intervenção crítica sobre a memória, assim como a memória oferece farto manancial para a produção historiográfica. Ao trabalhar a questão da memória e da redenção em Walter Benjamin, o autor afirma que “há a necessidade de preservar a memória do que foi jogado nos porões da humanidade e no esquecimento pela historiografia burguesa”, pois através dela é possível realizar a busca da “redenção dos excluídos e dos vencidos” (AGOSTINI, 2019, p. 57), assim, defende que o trabalho com a memória é um dos pilares para a libertação dos oprimidos.

Nesse contexto, a história fica encarregada da sua própria (re)escrita, pois ela é uma das responsáveis por incentivar no presente a busca por narrativas outras sobre o passado, aquelas que ainda não foram escritas. Assim como, também é responsável por combater as inverdades sobre esse

mesmo passado. Em suas instâncias e com ferramentas específicas, memória e história se encontram “como o imperativo de também dar a palavra aos que, quando vivos, já estavam condenados ao silêncio” (CATROGA, 2001, p. 49), pois não era interessante ouvi-los. Para os que viveram o processo histórico, a memória se apresenta como uma possibilidade de justiça frente à violência física e simbólica que sofreram, enquanto a ciência dos homens no tempo (BLOCH, 1997, p. 55), a história desempenha o papel de estabelecer uma narrativa que preze e lute por essa justiça. As aulas de história, as produções acadêmicas e as produções voltadas para o espaço público devem caminhar para o mesmo objetivo.

Como foi afirmado anteriormente, a atualidade é marcada por um movimento de deslegitimação das instituições escolares e dos saberes construídos nesses espaços. A insurgência e o sucesso de novos atores que produzem narrativas negacionistas com sentido histórico – mas não historiográfico – estão alinhados a este contexto, como assinalado por Meneses (2019). Tais produções que perpetuam opressões, alimentam injustiças e ameaçam a democracia, estão presentes no espaço público como um todo – na internet, nas livrarias, nos discursos políticos – e ecoam sobre e a partir da população brasileira. Sendo assim, cabe a nós, professores de história e historiadores, entendermos o nosso papel nessa disputa de narrativa sobre o passado que não passou e nos posicionarmos diante do contexto que nos interpela.

Referências Bibliográficas

- AGOSTINI, Nilo. *Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin*. Petrópolis, RJ: Voces, 2019.
- BAUER, Caroline Silveira. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. *Aedos: Revista do Corpo Discente* do

Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online) , v. 5, p. 6-24, 2013

_____. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões: Revista de História da UFES* , v. 32, p. 148-169, 2014.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia História (UFMG. Impresso)*, v. 32, p. 807-835, 2016.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.55.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quareto, 2001, p. 65.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: Edson Teles; Vladimir Safatle. (Org.). *O que resta da ditadura*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2010, v. 1, p. 177-186.

LEITURA OBRIGAHISTÓRIA. YouTube, 22. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCtMjnvODdK1Gwy8psW3dzrg/playlists>>. Acesso: 17 jan. 2022.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA* , v. 0, p. 27-50, 2014.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: Negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade'. *REVISTA HISTÓRIA HOJE*, v. 08, p. 66-88, 2019.

MEZAROBBA, Glenda. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir.. (Org.). *O que resta da ditadura? A exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, v. , p. 109-119

PEREIRA et al. A história pública brasileira tem sido eficaz no combate aos negacionismos? In. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.) *História pública em movimento*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021. p. 47-60.

PEREIRA, Matheus. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História (UFMG. Impresso)*, v. 31, p. 863-902, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. in. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta

Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Embates semiótico-discursivos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e Ditadura. *Trab. linguist. apl.*, Campinas , v. 59, n. 2, p. 1171-1195, Aug. 2020 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010318132020000201171&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 dez. 2021.

VAMOS FALAR DE HISTÓRIA? Youtube. 22. Disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCiZ5zLSOBM5-3zBUHeveclA>. Acesso em: 08 jan. 2022.